



## 8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### 8.2.1 - Princípios Contabilísticos

Na contabilidade autarca é necessário cumprir um conjunto de princípios contabilísticos, de modo a obter uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Entidade. Os princípios em causa são:

- a) Princípio da entidade contabilística – constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com a legislação em vigor, é o caso da Câmara Municipal de Mora.
- b) Princípios da continuidade – considera-se que a entidade opera continuamente, com duração ilimitada;
- c) Princípio da consistência – considera-se que a entidade não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro.
- d) Princípio da especialização (ou de acréscimo) – os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem;
- e) Princípio do custo histórico – os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou de produção. No caso da Câmara Municipal de Mora, este princípio foi derogado nas contas de 2003, uma vez que a inventariação e avaliação dos bens móveis e imóveis deste município ainda não estavam concluídas nesse exercício.
- f) Princípio da prudência – significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso;
- g) Princípios da materialidade – as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afectar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral;



- h) Princípio da não compensação – os elementos das rubricas do activo e do passivo (balanço), dos custos e perdas e de proveitos e ganhos (demonstração de resultados) são apresentados em separado, não podendo ser compensados.

Estes princípios foram cumpridos na sua íntegra, não tendo sido derogados.

8.2.2. Entre o ano de 2016 e o ano de 2017, todas as contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis, com a exceção de:

- “Trabalhos para a própria empresa” - em 2016 não foram calculados e em 2017 já foram.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados, são os definidos na legislação em vigor.

Assim os critérios utilizados foram os seguintes:

- Imobilizado: o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, foi valorizado ao custo de aquisição (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado atual) ou ao custo de produção (soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir). No caso dos bens que foram incluídos no Inventário Inicial de Ativos e cujo valor de aquisição ou de produção seja desconhecido e dos bens obtidos gratuitamente, a valorização destes assumem valor zero.  
As amortizações foram calculadas em regime de quotas constantes, de acordo com as taxas definidas por lei.
- Existências: estas são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Quando o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, foi este último o utilizado. Relativamente ao método de custeio de saídas de armazém o utilizado foi o do custo médio ponderado.
- Dívidas de e a terceiros: são expressas pelas importâncias dos documentos que as titulam. No ano de 2017, não existiram dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira.



- Disponibilidades: as disponibilidades de caixa e depósitos em Instituições Financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respectivamente. Ao longo do exercício de 2017 não existiram disponibilidades em moeda estrangeira e não existiram títulos negociáveis ou outras aplicações financeiras.

8.2.4. As operações e transações registadas, foram todas realizadas em moeda nacional, não havendo por isso necessidade de recorrer cotações de conversão.

8.2.5. Nada a mencionar de relevante que tenha influenciado o resultado do exercício de 2017.

8.2.6. No ativo imobilizado da Câmara Municipal de Mora, existem valores patrimoniais na conta 431 “Despesas de instalação”, na 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento” e na 439 “Outras”. Na conta 431 “Despesas de instalação”, correspondem aos valores transitados dos anos anteriores (41.587,56 euros) e justificados nas respetivas contas e um valor de 2.500,00 euros correspondente ao logotipo do Núcleo Regional do Megalitismo. Na conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento”, está incluído, para além das despesas descritas no anexo ao balanço e às demonstrações de resultados de 2007, as despesas incorridas com a certificação dos serviços municipais, a realização de novos projectos, o Plano de Acção Sustentável para o Concelho de Mora e o Projecto AGRIS 3.4., realização de vários projectos associados ao Fluviário de Mora e à valorização ambiental, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Concelho de Mora, a adaptação do PDM e Estratégia Energética do Município de Mora. A conta 439 “Outras” foi subdividida na 4391 “Casa das Associações e Centro de Convívio de Brotas” e na 4392 “Instalação da TV Cabo”, refletindo nelas os valores correspondentes aos investimentos realizados, que, embora não sejam propriedade da Câmara Municipal de Mora, foram concretizados ao abrigo dos contratos/protocolos existentes.

Handwritten notes in purple ink: a checkmark, the letters 'MU', a circled 'P', and a stylized signature.





CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2017**

No ano de 2017 verificou-se o registo na conta de imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas que correspondeu à passagem do imobilizado em curso para imobilizado definitivo da estratégia energética do Município de Mora e uma consultadoria técnica na área da energia e ambiente.

**8.2.7.** Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, são os constantes nos mapas que seguem no **Anexo 1 – ABDR**.

**8.2.8.** A desagregação necessária dos mapas atrás evidenciados está nos mapas que se seguem no final deste Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (**Anexo 2-ABDR**)

**8.2.9.** Todos os custos incorridos com empréstimos, no ano de 2017, para o financiamento de imobilizações não foram incorporados no valor das mesmas, neste período.

**8.2.10.** No exercício de 2017, não foram realizadas quaisquer tipos de reavaliações dos bens do imobilizado.

**8.2.11.** Como não se realizou reavaliações dos bens de imobilizado o quadro seguinte apresenta-se sem valores.



## REAVALIAÇÕES

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores contabilísticos reavaliações (a)
<b>Bens de domínio público:</b>			
Terrenos e recursos naturais.....			
Edifícios .....			
Outras construções e infra-estruturas.....			
Bens do património histórico, artístico e cultural			
Outros bens de domínio público.....			
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
Terrenos e recursos naturais.....			
Edifícios e outras construções.....			
Equipamento básico.....			
Equipamento de transporte.....			
Ferramentas e utensílios.....			
Equipamento administrativo.....			
Taras e vasilhame .....			
Outras imobilizações corpóreas.....			
<b>Investimentos financeiros:</b>			
Investimentos em imóveis .....			

(a) Líquidos de amortização

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

**8.2.12.** No ano de 2017 continuou-se a fazer um levantamento rigoroso das imobilizações corpóreas e em curso que estão em poder de terceiros, que estão implantadas em propriedade alheia, as reversíveis e a discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes a este exercício e acumulado. Na conta 43.9 “Outros”, já estão discriminadas algumas imobilizações implantadas em propriedade alheia, conforme o evidenciado no ponto 8.2.6.

**8.2.13.** O Município de Mora não possui bens utilizados em regime de locação financeira.



**8.2.14.** Os bens do imobilizado que não foram valorizados são os constantes no mapa constante no **Anexo 3 - ABDR**, com a devida indicação dessa impossibilidade.

**8.2.15.** Todos os bens de domínio público foram objecto de amortização, com excepção daqueles que se encontram em curso. Em relação a estes últimos só é aplicada a taxa de amortização devida após a conclusão dos mesmos.

**8.2.16.** No ano de 2006, a Câmara Municipal de Mora constituiu uma Empresa Municipal, na qual participa em 100% no seu capital social. No entanto essa empresa foi extinta e todos os seus serviços e atividades foram internalizados no Município de Mora. A 31 de dezembro de 2017 as participações do Município de Mora são as constantes nos quadros seguintes:

Entidade participada (Não Societárias)	NIPC	Capitais próprios ou equivalente	Contribuição
Associação de Municípios Portugueses	501627413	1.957.846,00€	4.258,16€
CIMAC	509364390	15.021.003,98€	34.815,00€

**8.2.17.** O Município de Mora não possui “Títulos Negociáveis” nem “Outras aplicações de tesouraria”.

**8.2.18.** Nada a considerar nesta nota porque não existe “Outras aplicações financeiras”.



**8.2.19.** Relativamente ao ativo circulante, de referir que em 2017, tal como nos anos anteriores, a inventariação das existências é permanente, tendo sido realizado um inventário físico aos armazéns entre 19 e 22 de dezembro de 2017.

**8.2.20.** Aos elementos do ativo circulante não foram atribuídos valores inferiores ao mais baixo custo ou de mercado.

**8.2.21.** Durante o ano de 2017 não foram constituídas quaisquer provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

**8.2.22.** No Balanço verifica-se um valor dos 16.586,30 € de dívidas de cobrança duvidosa. Sobre estas dívidas existe uma provisão de cobranças duvidosas.

**8.2.23.** No exercício em causa, não existiram dívidas ativas e/ou passivas respeitantes ao pessoal da autarquia.

**8.2.24.** A Câmara Municipal de Mora não emitiu títulos nem obrigações.

**8.2.25.** Esta entidade não possui, neste exercício, quaisquer dívidas ao “Estado e outros entes públicos”, em situação de mora.

16  
111  
2  
B

15





CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2017**

**8.2.26.** No mapa constante no **Anexo 4 - ABDR**, estão mencionadas as garantias e cauções prestadas e os recibos para cobrança.

**8.2.27.** No ano de 2017, não se constituiu qualquer provisão para cobranças duvidosas, por não ser manifestamente necessário, conforme o evidenciado no quadro seguinte.

Município de Mora					
Ano de 2017					
Valores em euros)					
Código das contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	16.586,30€	0,00	0,00	16.586,30€
292	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

**8.2.28.** Na classe 5 "Fundo Patrimonial" ocorreu as seguintes movimentações:

- 59 - Resultados transitados – esta rubrica, inclui o resultado líquido do ano de 2016 e uma correção feita em relação à especialização do exercício dos subsídios ao investimento também do ano de 2016 (93.582,03 euros).





O resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 74.017,17 €, tal como aconteceu nos anos transatos, será transferido para os resultados transitados.

8.2.29. O cálculo deste custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas está evidenciado no seguinte mapa:

2017		
(valores em euros)		
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	70.841,21	131.100,16
Compras	(+) 52.108,05	(+) 373.752,41
Regularização de existências	(-) 14.289,04	(-) 878,32
Existências finais	(-) 64.062,92	(-) 147.036,11
<i>Custos no exercício</i>	(=) 44.597,30	(=) 356.938,14

8.2.30. Como a Câmara não produz, não temos valor na demonstração da variação da produção.

2017			
Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00	0,00
<i>Aumentos/Redução no exercício</i>	0,00	0,00	0,00

8.2.31. O mapa dos resultados financeiros encontra-se no **Anexo 5-ABDR**.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados 2017

8.2.32. O mapa dos resultados extraordinários encontra-se no **Anexo 5-ABDR**.

**O órgão executivo**

**Em, 18 de abril de 2018**

**O órgão deliberativo**

**Em, 27 de abril de 2018**